

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)



**Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a
agricultura**

Área Temática: Crédito para a Agricultura Familiar

Período de Análise: dezembro de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Globo Rural
Revista Isto é Dinheiro Rural

Índice

Orçamento agrícola será recorde em 2010 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 03/12/2009	3
Foco de investimentos não mudará, aponta BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 04/12/2009	4
Redução de ICMS para os agricultores familiares no Ceará – sítio eletrônico da CONTAG – 09/12/2009	7
PGPAF concede bônus para 21 culturas da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 10/12/2009	7
Real forte zera ganhos do produtor rural - Alvaro Fagundes e Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/12/2009.....	8
Câmbio e inadimplência preocupam multinacionais – Alvaro Fagundes e Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/12/2009	10
CMN autoriza banco a ampliar limite de crédito a produtor - Mauro Zanatta – Valor econômico – Agronegócios - 17/12/2009.....	11

Orçamento agrícola será recorde em 2010 - Mauro Zanatta – Valor Econômico – Agronegócios - 03/12/2009

O orçamento do governo federal para compras e subsídios diretos à produção agrícola será recorde em 2010. Os recursos reservados para a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM) devem somar R\$ 6 bilhões. Além disso, o orçamento do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), para a compra de produtos da agricultura familiar e assentados da reforma agrária, terá outros R\$ 753 milhões no próximo ano.

O maior orçamento de apoio ao setor rural desde o fim da chamada "conta movimento", por meio da qual o governo podia intervir diretamente no mercado sem limitação de recursos até 1986, tentará atenuar as pressões sobre o setor em meio a previsões de baixas generalizadas nos preços internacionais das principais commodities agrícolas.

As projeções incluem a aquisição direta de 3,52 milhões de toneladas de grãos e operações de garantia e sustentação de preços para outras 14,7 milhões de toneladas. O governo prevê, ainda, a execução de outros recursos do orçamento de 2009 no próximo ano. Estariam incluídos R\$ 700 milhões para café e mais R\$ 500 milhões para subsídios ao milho, trigo e algodão.

O orçamento recorde também coincidirá com as eleições presidenciais e parlamentares de 2010. A bancada ruralista tem sido implacável na cobrança da garantia de mais recursos para o setor. Em diversas reuniões com o relator do Orçamento Geral da União, deputado Geraldo Magela (PT-DF), os parlamentares exigiram apoio para suas bases eleitorais. "Não dá para votar o orçamento sem resolver isso antes", diz o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

"Já mandamos um recado claro ao governo: vamos obstruir tudo até termos garantia de mais dinheiro para seguro, defesa e comercialização". Em reunião com Magela, os ruralistas pediram ontem a inclusão de um adicional de R\$ 200 milhões para subsídio ao prêmio do seguro rural, que hoje teria apenas R\$ 238,7 milhões, além de R\$ 160 milhões para ações de prevenção, controle e erradicação de doenças animais e vegetais, cujo orçamento conta com R\$ 54 milhões.

A proposta do governo enviada ao Congresso prevê R\$ 2,3 bilhões para ações de formação de estoques públicos via compras diretas (AGFs), além de R\$ 1,2 bilhão para garantia e sustentação de preços por meio de mecanismos como subsídios ao frete (PEP) e contratos de opção de venda, além de subvenções diretas a prêmios de equalização de preços (Pepro, Prop e Pesoja). Mas o Congresso deve elevar em mais R\$ 2,5 bilhões a reserva para esses instrumentos.

Duas emendas ao orçamento, uma dos deputados da Comissão de Finanças e Tributação e outra dos senadores da Comissão de Agricultura, preveem essa alteração. Neste ano, o Congresso aumentou em R\$ 1,427 bilhão o orçamento original de R\$ 1,5 bilhão para sustentação de preços.

"Há um claro reposicionamento político do governo em apoiar a comercialização", diz o diretor de Política Agrícola da Companhia Nacional de

Abastecimento (Conab), Silvio Porto. "O objetivo é garantir renda, abastecimento e a adimplência do crédito para manter o sistema rodando".

A estatal é responsável pela operação dos instrumentos oficiais de apoio ao setor rural. O principal foco da Conab no próximo ano será para os alimentos básicos, como arroz, milho, trigo e feijão. No caso do PAA, o orçamento passará de R\$ 710 milhões neste ano para R\$ 753 milhões em 2010. São recursos dos ministérios do Desenvolvimento Social (MDS) e do Desenvolvimento Agrária (MDA) para compra direta, formação de estoques por organizações (cooperativas e associações de produtores), além da doação simultânea via produção e consumo local.

A Conab projeta operar R\$ 357 milhões desse orçamento. O restante será operado diretamente por 100 municípios e Estados do Nordeste e da região da Sudene, no caso do leite, e por 70 municípios e outros 17 Estados no caso da compra direta de alimentos.

Foco de investimentos não mudará, aponta BNDES – Sítio Eletrônico do MST – 04/12/2009

Representantes de comunidades e populações atingidas por empreendimentos financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) se reuniram esta semana com o intuito de pressionar por mudanças na conduta do principal banco estatal brasileiro de fomento. Após três dias na capital fluminense para o encontro organizado pela Plataforma BNDES - rede de mais de 30 organizações e movimentos sociais que acompanha os impactos da atuação do banco, eles ouviram do presidente do banco, Luciano Coutinho, apenas uma promessa de "reiterar o compromisso de levar a sério o documento [elaborado pelos participantes]".

Na audiência entre as partes realizada nesta quarta-feira (25), Luciano Coutinho não deu abertura para as demandas de reorientação política e econômica sugeridas pela sociedade civil. Segundo o presidente do BNDES, a instituição tem desempenhado um papel fundamental no setor produtivo - muitas vezes evitando que empresas quebrem, o que, segundo ele, "seria pior". De acordo com ele, o banco tem atuado nos setores sociais e ambientais dos projetos onde tem participação societária e tem financiado apenas projetos com licenciamento ambiental. Advertiu ainda que "se a empresa omite ou distorce [dados sobre os impactos], isso é um problema de interlocução entre nós".

A possibilidade de debate sobre a redirecionamento do crédito e a priorização de investimentos em projetos de desenvolvimento social em detrimento dos apoios ao setor macroempresarial parece não encontrar espaço na agenda do atual presidente do BNDES. De acordo com João Roberto Lopes, coordenador do Instituto Brasileiro de

Análises Sociais e Econômicas (Ibase), Luciano Coutinho reafirmou total alinhamento com o atual modelo, desconsiderando a Plataforma BNDES como interlocutor na medida em que se baseia na cobrança de mudanças estruturais e não se contenta com mitigações.

O encontro da Plataforma BNDES se concentrou em questões como acesso maior a informações (disponibilização da totalidade da carteira de projetos privados, classificação de risco ambiental dos projetos e critérios de aprovação, condicionantes socioambientais e cláusulas de suspensão de contrato), participação e controle (as populações diretamente impactadas pelos projetos devem ser consideradas, informadas e consultadas durante a análise dos projetos de financiamento do Banco), e remodelação da agenda de desembolsos do banco, atualmente direcionada a grandes empreendimentos. As demandas vieram acompanhadas de depoimentos de lideranças indígenas e de agricultores sobre problemas ambientais, sociais, fundiários e econômicos gerados pelos projetos apoiados pelo BNDES.

"É difícil conversar com o senhor, que financiou a nossa desgraça", desabafou Cleide Passos, ribeirinha atingida pelas obras de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Santo Antônio, no Rio Madeira, em Rondônia, que recebeu R\$ 6,1 bilhões do BNDES. A família de Cleide foi uma das desalojadas pela obra, e hoje enfrenta grandes dificuldades em função da impossibilidade de praticar a agricultura de subsistência. "O senhor está financiando a nossa morte; é a nossa desgraça que o senhor assinou", acusou a ribeirinha, que não conteve o choro e teve que sair da sala para se acalmar.

Balanço

João Roberto Lopes, do Ibase, frisou também a falta de implementação de medidas acordadas no primeiro encontro do presidente do Banco com a Plataforma BNDES em 2007. Na ocasião, o presidente do banco prometera reexaminar financiamentos do setor de papel e celulose, um dos mais impactantes do ponto de vista socioambiental.

De acordo com João Roberto, apesar de um pequeno avanço no quesito transparência - o BNDES passou a publicar, trimestralmente, dados sobre os financiamentos ao setor privado referentes aos últimos 12 meses, mas retira da página eletrônica as informações anteriores a cada nova publicação -, todas as demais demandas, e principalmente um estreitamento do diálogo com as entidades da sociedade civil, pouco avançaram e não apresentam nenhuma realização concreta.

Como resultado do I Encontro Sulamericano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES, que reuniu cerca de 200 representantes de

comunidades atingidas de todo o país, o coordenador do Ibase apresentou ao presidente do banco a exigência de que assuma as responsabilidades e co-responsabilidades pelos problemas causados por obras como as usinas do Madeira, e projetos de empresas como Aracruz e Votorantim (papel e celulose), bem como da Vale (mineração) e dos setores sucroalcooleiro e da pecuária, recordistas na exploração de mão-de-obra escrava.

Em resposta às organizações sociais, Luciano Coutinho refutou a falta de abertura para o diálogo e mencionou as recentes audiências com ambientalistas e com o Ministério Público Federal (MPF) para discutir mitigações e compensações dos impactos causados pelo agronegócio. De acordo com o presidente do BNDES, o banco está preparando uma série de manuais para os diversos setores em que atua - guias que deverão estabelecer protocolos e regras de conformidade para a observação de direitos sociais e ambientais das populações.

Uma nova rodada de negociações foi marcada para meados de dezembro, quando deverão ser apresentadas as considerações oficiais do banco de fomento sobre o documento do "I Encontro Sulamericano de Populações Afetadas por Projetos Financiados pelo BNDES".

Na avaliação de Gabriel Strautman, secretário executivo da Rede Brasil sobre Instituições Financeiras Multilaterais, apesar superficialidade e da falta de compromisso que marcaram o posicionamento de Luciano Coutinho durante a audiência com os atingidos pelos empreendimentos, "ele ouviu as nossas considerações com atenção". "Mas o diálogo com o BNDES só vai avançar com pressão e sob exigência contundente da sociedade", prevê.

Redução de icms para os agricultores familiares no ceará – sítio eletrônico da CONTAG – 09/12/2009

Mais uma conquista importante para a Agricultura Familiar do Estado do Ceará. O governo do Estado atendendo a Fetraece reduz a zero o ICMS de 21 produtos da Agricultura Familiar para as compras da merenda Escolar. Além da redução, o governo isenta também os produtores rurais do pagamento dos R\$ 21,00 para emissão da nota fiscal avulsa. Atualmente o percentual sobre esses produtos varia de 7% a 17%, portanto esta redução de ICMS será um estímulo extraordinário para os Agricultores Familiares e os que fazem a zona rural de nosso Estado.

Fonte: Comunicação da Fetraece

Redução de ICMS para os agricultores familiares no Ceará – sítio eletrônico da CONTAG – 09/12/2009

Mais uma conquista importante para a Agricultura Familiar do Estado do Ceará. O governo do Estado atendendo a Fetraece reduz a zero o ICMS de 21 produtos da Agricultura Familiar para as compras da merenda Escolar. Além da redução, o governo isenta também os produtores rurais do pagamento dos R\$ 21,00 para emissão da nota fiscal avulsa. Atualmente o percentual sobre esses produtos varia de 7% a 17%, portanto esta redução de ICMS será um estímulo extraordinário para os Agricultores Familiares e os que fazem a zona rural de nosso Estado.

Fonte: Comunicação da Fetraece

PGPAF concede bônus para 21 culturas da agricultura familiar – Sítio Eletrônico do MDA - 10/12/2009

A Comissão Organizadora do II Salão Nacional dos Territórios Rurais divulgou, no último dia 7, as 145 Boas Práticas Territoriais que estarão no encontro que reunirá iniciativas de apoio a agricultura familiar e ao desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro, entre 22 e 25 de março, em Brasília (DF). Dentre as iniciativas contempladas na seleção, 74,5% estão vinculadas a 108 Territórios Rurais apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial do Ministério do Desenvolvimento Agrário (SDT/MDA).

Desde a abertura das inscrições, em outubro do ano passado, foram inscritas 394 experiências de 157 Territórios Rurais. Todos os estados, mais o Distrito Federal, enviaram suas boas práticas. "O resultado foi positivo, pois demonstrou entusiasmo dos atores sociais dos territórios em dar visibilidade às suas ações", avaliou Berenice Silva, membro da Comissão Organizadora do II Salão.

Na primeira edição do evento, em 2006, 90 Boas Práticas Territoriais foram apresentadas. "Esse número também foi considerado alto, pois foi durante a fase inicial da estratégia de desenvolvimento territorial no Brasil", afirmou Berenice Silva.

A escolha das boas práticas para esta segunda edição foi feita por 27 especialistas em desenvolvimento rural convidados para compor a Comissão de Seleção, que avaliaram as experiências realizadas nas áreas de Fortalecimento da Gestão Social, e das Redes Sociais de Cooperação, Dinamização Econômica, Articulação de Políticas Públicas, Sustentabilidade Ambiental, Comunicação e Informação, Cultura e Identidade e Segurança Alimentar.

O secretário da SDT/MDA, Humberto Oliveira, destacou o papel desempenhado pelos especialistas, "que conduziram de forma transparente o processo seletivo, buscando experiências que pudessem ser aplicadas em outros territórios visando o desenvolvimento sustentável no Brasil Rural".

Para valorizar as propostas apresentadas pelos territórios, a Comissão do II Salão definiu que, além das 145 Boas Práticas Territoriais escolhidas para se apresentar no II Salão, as outras 249 experiências territoriais inscritas e que não atenderam ao conjunto de critérios estabelecidos na Chamada Pública também vão ganhar visibilidade no evento.

"Se elas foram definidas pelo público dos territórios, certamente existe uma prática inovadora e nós queremos publicar todas", garantiu Oliveira. De acordo com ele, todas elas serão organizadas em um catálogo de Boas Práticas Territoriais que será disponibilizado no II Salão e servirá de divulgação para a ação de governo em futuros eventos nacionais e internacionais.

Veja em anexo a lista completa das Boas Práticas selecionadas.

Real forte zera ganhos do produtor rural - Alvaro Fagundes e Mauro Zafalon –
Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/12/2009

Descasamento entre custos, em real, e receita, em dólar, provoca perda para o setor, que sofre ainda com recuo das commodities

Analista diz que ainda é cedo para fazer previsões e lembra que, no mesmo período de 2008, setor estava quebrado, mas situação mudou

O câmbio está colocando, mais uma vez, os produtores no fio da navalha. Quando as negociações em Chicago se encerraram ontem, apontando o novo preço da soja, e o mercado brasileiro de câmbio determinou a taxa do dia, as perspectivas de lucro dos produtores de soja de Mato Grosso zeraram. O retorno financeiro previsto com a venda da safra a ser colhida no início de 2010 é exatamente o que eles vão gastar no plantio e na colheita. "É um momento de forte tensão, e os produtores já estão na área de risco", diz Eduardo Godoi, analista da Agência Rural, em Cuiabá (MT). Um dos grandes vilões dessa perspectiva de perdas é a taxa de câmbio. "Agricultura hoje é câmbio", complementa Godoi.

O exemplo da soja vale para todo o agronegócio. Os custos do setor são em real, moeda valorizada, e as receitas da maioria dos produtos, em dólar, que está desvalorizado. Há um descasamento que provoca perda de renda para o produtor. Os efeitos do real valorizado não afetam apenas os produtores mas também as empresas do setor, que começam a ver um cenário sombrio para a safra de 2009/10. Apontam,

também, o temor de que parte dos produtores não consiga fechar as contas. Se isso ocorrer, o país viverá nova onda de calote no pagamento das dívidas. Roberto Rodrigues, ex-ministro da Agricultura, diz que os produtores plantaram com insumos comprados com o dólar de R\$ 1,90 a R\$ 2,00 e vão vender com a moeda norte-americana a apenas R\$ 1,70. Além desse descasamento, ele diz que houve perda de valor dos produtos em dólar. Praticamente todas as commodities foram afetadas -soja, café, laranja, carnes-, à exceção do açúcar. Isso significa menos renda para os produtores, diz. No caso das empresas, as que são unicamente exportadoras, como as cooperativas, sofrem mais com o real valorizado. Já as que estão nas duas pontas (importando insumos e exportando commodities) têm a compensação em uma das pontas na valorização do câmbio.

Pagar as contas

"Com o câmbio nesse patamar, o produtor vai apenas pagar as contas e não sobra nada", diz Godoi. O problema não é o preço da soja, hoje a US\$ 10 por bushel (27,2 quilos), valor excepcional historicamente. O gargalo está no câmbio, diz ele. Os dados da AgRural são impressionantes. O custo de transporte de uma tonelada de soja de Sinop (MT) a Paranaguá (PR) -2.320 km- é de US\$ 135. Ou seja, 33% do valor total da matéria-prima: US\$ 400. Com o dólar a R\$ 1,70 e a soja a US\$ 10 por bushel em Chicago, o produtor que colhe 52 sacas por hectare, em Sorriso (MT), terá perda de R\$ 55,31 nesta safra. Se o câmbio estivesse a R\$ 2, lucraria R\$ 288,58. Pior ainda se a soja cair. No mesmo patamar de câmbio, um recuo da soja para US\$ 9 por bushel significaria perda de R\$ 230,69 por hectare para o produtor. Um recuo para US\$ 8 e o prejuízo seria de R\$ 406,07. Os produtores de Sorriso tiveram lucro médio de R\$ 400 por hectare na safra 2008/9. Para obter o mesmo valor nesta safra, o câmbio deveria estar a R\$ 2,10. "O real forte é amargo para o sojicultor mato-grossense porque os custos logísticos explodem. E esse custo sai do bolso do produtor", diz Godoi. Para o analista, "o ideal seria se a soja mantivesse o mesmo patamar atual em Chicago e houvesse a depreciação do real". Uma preocupação, no entanto, é se ocorrer o inverso.

Caos à vista

Brasil e Argentina vão despejar 110 milhões de toneladas de soja no mercado nos primeiros meses do próximo ano, o que poderá depreciar os preços em Chicago. Já o câmbio, se o Brasil continuar sendo alvo preferido de investidores, poderá recuar ainda mais.

Se isso ocorrer, "seria o caos", diz Godoi. Só não seria pior porque 40% da venda da safra de Mato Grosso já foi feita com proteção de preços, diz ele. Apesar desse cenário, Godoi, que também é produtor em Mato Grosso, diz-se otimista. Para ele, é muito cedo para prever preços e valor do câmbio no período da safra. Ele acrescenta que, neste mesmo período em 2008, os produtores estavam todos quebrados. "A situação mudou e o setor teve lucro."

Câmbio e inadimplência preocupam multinacionais – Alvaro Fagundes e Mauro Zafalon – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/12/2009

DA REDAÇÃO

A valorização do real e seus efeitos na capacidade de os produtores manterem suas contas em dia têm preocupado cada vez mais grandes multinacionais que atuam no Brasil.

Empresas que atuam em diversos pontos da cadeia produtiva, de fertilizantes a tratores, têm manifestado esse temor. Para uma delas, se o real continuar subindo e os preços das commodities seguirem o caminho inverso, os produtores brasileiros simplesmente deixarão de plantar. Outra afirma que sente o mercado chinês "muito melhor" que o brasileiro devido à questão cambial. Levantamento nos balanços do terceiro trimestre e nas entrevistas a analistas que as empresas realizam regularmente mostra que a valorização da moeda brasileira é uma grande preocupação para gigantes como Bunge, John Deere, Tyson Foods, Monsanto e Potash.

O relato mais contundente é o do presidente da Bunge, Alberto Weisser. Ele disse que o real está tão sobrevalorizado que a construção de unidade de processamento de soja em Mato Grosso saiu mais cara em dólar do que se ela tivesse sido feita na Espanha ou nos EUA.

Segundo o executivo, mesmo se a cotação de produtos subir, a empresa terá de cortar custos e se tornar mais eficiente para manter as margens de lucro devido aos efeitos da alta do real.

"Houve uma época, quatro anos atrás, em que tínhamos uma opinião sobre o real, mas agora estamos apenas presumindo que ele vai ficar onde está. Então, precisamos ajustar a companhia em relação ao real, e não torcer pelo contrário." Ele diz ainda que o real fraco também é vantajoso para o produtor agrícola e afirma que, se a moeda "ficar mais valorizada e os preços das commodities recuarem, você não terá fazendeiros brasileiros plantando".

Por um caminho semelhante segue a Tyson Foods, que afirmou que a alta da moeda prejudicou as suas exportações e que, ao contrário do que acontece habitualmente, o aumento dos preços em dólar não acompanhou a valorização cambial.

"As coisas estão um pouco melhor agora do que em outubro, mas ainda não estão onde precisam", diz Rick Greubel, vice-presidente da empresa.

"Quando você está produzindo abaixo da capacidade máxima, seus custos estão aumentando por causa do câmbio e os mercados exportadores não retornaram, você tem uma série de desafios a enfrentar", completa Greubel, que disse também que, hoje, a empresa está melhor na China que no Brasil.

Crédito

Outro temor das múltis é se os produtores vão conseguir manter seus pagamentos em dia. "Sabemos que os produtores no Brasil vendem suas colheitas em dólar e que suas despesas são baseadas em real, e por isso estamos bem atentos a essa situação", disse Marie Ziegler, vice da John Deere.

De acordo com a fabricante de tratores e colheitadeiras, 71% dos pagamentos em atraso (com mais de 60 dias) em empréstimos a agricultores estão concentrados no Brasil - a inadimplência no país representava 1,1% do total de empréstimos no fim de outubro.

A Bunge disse que elevou as exigências no Brasil para a concessão de crédito para os produtores, reduziu a exposição a "contas de risco mais alto" e elevou os pedidos de garantias para certos clientes. Já a Monsanto afirmou que, para lidar com o risco brasileiro devido à volatilidade dos preços agrícolas, mantém uma "política de crédito rigorosa". (AF e MZ)

CMN autoriza banco a ampliar limite de crédito a produtor - Mauro Zanatta –
Valor econômico – Agronegócios - 17/12/2009

O Conselho Monetário Nacional (CMN) autorizou ontem, em reunião ordinária, os bancos a ampliarem em até 40% os limites individuais de crédito dos produtores rurais prejudicados por excesso de chuvas nos últimos dias.

A suplementação de crédito atende a produtores de Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo atingidos por enchentes. A medida permitirá o plantio ou o replantio de lavouras de arroz, milho e soja varridas pelo fenômeno climático. Mas o CMN exigiu a comprovação de que as lavouras estejam em municípios cuja situação de emergência ou estado de calamidade pública tenha sido decretada entre 1º de outubro deste ano e a publicação da resolução.

Além disso, o CMN exigiu que a situação de emergência ou calamidade seja reconhecida pelo governo estadual e que o plantio ou replantio seja "tecnicamente recomendado", além de incluído no zoneamento agrícola de risco climático do Ministério da Agricultura. Apenas no Rio Grande do Sul, 110 mil hectares de arroz foram alagados, de acordo com informações do deputado Luis Carlos Heinze (PP-RS).

A previsão inicial apontava que os gaúchos plantariam aproximadamente 1,05 milhão de hectares. Até o início da chuvarada, 730 mil hectares foram semeados. Estudo das entidades gaúchas mostra que 70 mil hectares precisam ser replantados e outros 320 mil hectares alagados precisam de recursos adicionais para serem cultivados.

Os membros do CMN também aprovaram a prorrogação, para junho do ano que vem, das operações de financiamento de capital de giro para agroindústrias, indústrias de máquinas e equipamentos agrícolas e cooperativas agropecuárias. Criada neste ano, a linha de R\$ 10 bilhões emprestou apenas R\$ 512,5 milhões (5,1% do total) até outubro, de acordo com dados informados pelos bancos operadores de crédito rural.

Isso porque o Banco do Brasil recebeu somente no início de dezembro R\$ 5 bilhões do BNDES para acelerar os empréstimos. Para suprir a demanda, o BB elevou o financiamento agroindustrial. Mas parte das indústrias e cooperativas enfrentam problemas em oferecer garantias adicionais aos novos empréstimos.

O prazo para pagamento da linha foi fixado em até 24 meses, com taxa de juros de 11,25% ao ano. A contratação seria encerrada em 31 de dezembro, mas ainda há "disponibilidade de recursos" para empréstimo e há "demanda não atendida" nas instituições financeiras, como informa o Ministério da Fazenda.

O CMN também alterou ontem o prazo de contratação da linha de crédito criada para permitir a renegociação das dívidas de cafeicultores com a aquisição de Cédula de

Produtor Rural (CPR), cuja fonte tenha sido recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé).

O prazo foi estendido de 31 de dezembro para abril de 2010. As dívidas em renegociações foram contraídas por meio de CPR contratadas até dezembro de 2007 - inclusive para operações com vencimento prorrogado para 2008 ou 2009. A linha do Funcafé oferece crédito de até R\$ 100 milhões, com taxa de juros de 6,75% ao ano e pagamento em até quatro anos. O governo decidiu alterar o prazo para "permitir uma maior adesão" dos cafeicultores à linha especial, já que tem sido registrado um "crescente interesse" no setor, segundo o Ministério da Fazenda.

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei, Ademir A. Cazella e Claudia Job Schmitt

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato, Silvia Zimmermann, Catia Grisa e Valdemar João Wesz Junior

Secretária
Diva de Faria

op
pa **Observatório de Políticas**
Públicas para a Agricultura

cpda Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ • Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrj.br
Site eletrônico: www.ufrj.br/cpda/oppa

Apoio



actionaid



Ministério do
Desenvolvimento Agrário

